



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PETIÇÃO Nº 10.434/DF – ELETRÔNICO
RELATORA : MINISTRA CÁRMEN LÚCIA
REQTE. : ISRAEL MATOS BATISTA
REQDOS. : JAIR MESSIAS BOLSONARO E MILTON RIBEIRO
PARECER AJCRIM-STF/PGR Nº 324774/2022

Excelentíssima Senhora Ministra Relatora,

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pela Vice-Procuradora-Geral da República, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, em atenção ao despacho exarado em 27 de junho de 2022, vem, perante Vossa Excelência, manifestar-se nos termos que seguem.

1. RELATÓRIO

A petição em epígrafe foi autuada a partir de *notitia criminis* apresentada junto ao Supremo Tribunal Federal pelo Deputado Federal ISRAEL MATOS BATISTA (PSB/DF) em face do Presidente da República **JAIR MESSIAS BOLSONARO** e do ex-Ministro da Educação **MILTON RIBEIRO**, atribuindo-lhes a prática dos crimes de peculato (art. 312 do Código Penal¹),

¹ Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

prevaricação (artigo 319 da Lei Penal²) e obstrução de justiça (artigo 2º, §1º, da Lei 12.850/2013³).

Narra o noticiante que reportagens divulgadas em 24 de junho de 2022 conclamam a atuação dos órgãos de persecução penal, em razão do suposto vazamento de operação policial que resultou na prisão do ex-Ministro da Educação **MILTON RIBEIRO** e de pastores com alegada influência no MEC, sob a suspeita de que façam parte de suposto esquema envolvendo a liberação de verbas públicas da pasta para projetos em municípios⁴.

O representante afirma que há elementos indicativos de interferência ilícita do Presidente da República **JAIR BOLSONARO**, que teria advertido o ex-Ministro da Educação sobre a suspeita de que seria alvo de decreto de busca e apreensão pela Justiça Federal em Brasília⁵.

Relata que há indícios de que o Presidente da República, em conjunto com os demais noticiados, (1) aplicou recursos públicos em proveito próprio ou alheio, de sorte a caracterizar o crime de peculato; (2) retardou ou

2

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa: Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.

4

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/06/23/delegado-aponta-interferencia-no-caso-milton-ribeiro-e-pf-manda-abrir-apuracao-interna.ghtml>

5

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/06/24/milton-ribeiro-diz-ter-recebido-ligacao-de-bolsonaro-ele-acha-que-vaio-fazer-uma-busca-e-apreensao.ghtml>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

deixou de praticar atos de incumbência do cargo que ocupa para satisfazer interesses e crenças pessoais, configurando o crime de prevaricação e ato de improbidade administrativa; e (3) comunicou antecipadamente o ex-Ministro da Educação sobre a busca e apreensão, com o propósito de embaraçar as investigações.

O representante requer a adoção das medidas necessárias para elucidação dos fatos elencados na notícia-crime.

Os autos foram remetidos à Procuradoria-Geral da República para manifestação.

É o relatório.

2. QUESTÃO PRELIMINAR: DA AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE AD CAUSAM

A **notícia-crime** possui inegavelmente natureza **extrajudicial**, de sorte que o procedimento adequado no âmbito dos Tribunais Superiores é o peticionamento perante a Procuradoria-Geral da República, objetivando a adoção das medidas cabíveis, como corolário do sistema constitucional acusatório (art. 129, inciso I, CF) e em consonância com a determinação expressa do art. 230-B do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Art. 230-B. O Tribunal *não* processará comunicação de crime, encaminhando-a à Procuradoria-Geral da República. (Atualizado com a introdução da Emenda Regimental 44/2011) (Grifo nosso)

Nesse sentido, cumpre trazer à colação as seguintes decisões do Supremo Tribunal Federal:

(...) 4. Nos termos do art. 230-B do Regimento Interno do STF, “o Tribunal *não processará* comunicação de crime, encaminhando-a à Procuradoria-Geral da República” (grifei). A rigor, portanto, notícias de crimes devem ser apresentadas *diretamente ao Ministério Público*, não ao Supremo Tribunal Federal, que deve se limitar a encaminhá-las ao Parquet.

5. No sistema acusatório, não cabe ao Poder Judiciário, como regra, determinar, de ofício, a instauração de inquérito. De acordo com o art. 21, XV, do RISTF, cabe ao Relator “determinar a instauração de inquérito *a pedido do Procurador-Geral da República, da autoridade policial ou do ofendido*” (Grifei).

6. O crime apontado pelo noticiante é de ação penal pública (CP, art. 319). Portanto, o noticiante não possui legitimidade para requerer a instauração de inquérito. O direito que detém é o de apresentar a notícia-crime diretamente ao Ministério Público. Sendo o noticiado o Procurador-Geral da República, deverá direcionar o pedido diretamente ao Vice-Procurador-Geral ou a outros Sub-Procuradores-Gerais.

7. Diante do exposto, *extingo a petição*, nos termos do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.⁶ (grifos originais)

(d) Os precedentes da Primeira Turma autorizam o *imediato arquivamento da autodenominado “notitia criminis”*, ao estabelecer que “Qualquer pessoa que, na condição exclusiva de cidadão, apresente ‘notitia criminis’, diretamente a este Tribunal, em face de detentor de prerrogativa de foro, é *parte manifestamente ilegítima* para a formulação de pedido para a apuração de crimes de ação penal pública incondicionada (INQ nº 149/DF, Rel. Min. Rafael Mayer, Pleno, DJ 27.10.1983; INQ-AgR nº 1.793/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Pleno, maioria, DJ 14.6.2002; PET-AgR - ED nº 1.104/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, Pleno, DJ

6

Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344973525&ext=.pdf>. Acesso em 07.02.2022.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

23.5.2003; PET nº 1.954/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa, Pleno, maioria, DJ 1º.8.2003; PET-AgR nº 2.805/DF, Rel. Min. Nelson Jobim, Pleno, maioria, DJ 27.2.2004; PET nº 3.248/DF, Rel. Min. Ellen Gracie, decisão monocrática, DJ 23.11.2004; INQ nº 2.285/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, decisão monocrática, DJ 13.3.2006 e PET-AgR nº 2.998/MG, 2ª Turma, unânime, DJ 6.11.2006; Pet. 3825-QO, Tribunal Pleno, Rel. para Acórdão Ministro Gilmar Mendes, j. 10/10/2007) (PET 6266-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux). Na mesma linha: PET 8811, Rel. Min. Roberto Barroso.⁷ (Grifo nosso)

O acesso à Corte Constitucional está sujeito a diversas filtragens processuais, a exemplo do pré-questionamento como requisito de admissibilidade do recurso extraordinário (Súmula 356 do Supremo Tribunal Federal); da exigência de repercussão geral dos temas constitucionais deduzidos em recurso extraordinário (art. 102, § 3º, da Constituição Federal); da legitimação ativa especial que mostre a corresponsabilidade temática do requerente em ações do controle concentrado de constitucionalidade (art. 103 da Constituição Federal), entre outros.

No sistema processual brasileiro, o petiçãoamento perante o Supremo Tribunal Federal não é amplo e irrestrito. Ao revés, trata-se de um acionamento racional, criterioso e de qualidade, sobretudo no campo penal e diante da especificidade da investigação de detentor de foro por prerrogativa de função perante essa Corte.

⁷

Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=753179905>. Acesso em 07.02.2022.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

No caso, o peticionante carece de **legitimidade ad causam**, condição subjetiva indispensável para a deflagração de processo perante a Suprema Corte, considerados os pedidos formalizados.

É certo que não se pretende cercear o direito constitucional de petição do ora requerente, previsto art. 5º, inciso XXXIV, alínea “a”, da Constituição Federal, e germinado do *right of petition* da Carta Magna de 1215. Ao contrário, busca-se à luz do devido processo legal reafirmar que o percurso adequado é o direcionamento de notícia-crime à Procuradoria-Geral da República onde seria tratado e examinado como Notícia de Fato, de acordo com a Resolução nº 174, de 4 de julho de 2017:

Art. 1º A Notícia de Fato é qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações. (Grifo nosso)

Essas comunicações, de volume inegavelmente expressivo e em desfavor de autoridades públicas, incluindo-se o Presidente da República e Ministros de Estado, são processadas como Notícias de Fato na Procuradoria-Geral da República, justamente para funcionarem como uma espécie de purificador e de anteparo à Corte Constitucional, a fim de não sobrecarregar a já pesada estrutura investigativa do Supremo Tribunal Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Com isso, evita-se que centenas de representações, algumas apócrifas, desconexas e/ou infundadas, aterrassem direta e desnecessariamente no campo da supervisão judicial da Corte, transformando-se em Petições natimortas sem o devido tratamento racional e eficiente, na direção oposta ao que preconiza o art. 1º, alínea “a”, da Convenção de Mérida contra a Corrupção (Decreto 5.687/2006).

Para complementar, essas Notícias de Fato atuam de forma similar às “*verificações de procedência das informações*”, medidas preparatórias de eventual instauração de inquérito policial, como estabelece o art. 5º, § 3º⁸ do Código de Processo Penal.

Acerca da matéria, a doutrina elucida:

Como o próprio nome sugere, cuida-se de investigação preliminar e simples, verdadeiro filtro contra inquéritos policiais temerários, que possibilita a colheita de indícios mínimos capazes de justificar a instauração de um inquérito policial. Sua instauração, muito comum diante de denúncias anônimas, afasta a possibilidade de imputação do crime de abuso de autoridade do art. 27 da Lei n. 13.869/19, vez que o parágrafo único desse dispositivo prevê que não haverá crime quando se tratar de investigação preliminar sumária, devidamente justificada. As diligências levadas a efeito nesses procedimentos – comumente chamados de verificação de procedência de informações (“VPI”) – são relativamente simples e devem ser documentadas em relatórios. [...] Seu fundamento normativo é extraído do art. 5º, § 3º, do CPP, in fine. (Brasileiro, Renato. Manual de processo penal. 8ª ed. Salvador: JusPodivm, 2020, p. 198) (Grifo nosso)

8

§ 3º Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Nesse mesmo horizonte, insere-se a figura da denominada “investigação preliminar” de que cuida o art. 183 da Instrução Normativa nº 1/1992 da Polícia Federal em relação à instauração de seus inquéritos. O próprio Supremo Tribunal Federal compreende dessa forma, nos seguintes termos:

Firmou-se a orientação de que a autoridade policial, ao receber uma denúncia anônima, deve antes realizar diligências preliminares para averiguar se os fatos narrados nessa “denúncia” são materialmente verdadeiros, para, só então, iniciar as investigações. 2. No caso concreto, ainda sem instaurar inquérito policial, policiais civis diligenciaram no sentido de apurar a eventual existência de irregularidades cartorárias que pudessem conferir indícios de verossimilhança aos fatos. Portanto, o procedimento tomado pelos policiais está em perfeita consonância com o entendimento firmado no precedente supracitado, no que tange à realização de diligências preliminares para apurar a veracidade das informações obtidas anonimamente e, então, instaurar o procedimento investigatório propriamente dito. (HC 98.345/RJ) (Grifo nosso)

A autuação de Notícias de Fato como Petições no Supremo Tribunal Federal, ademais, mostrou-se via para possíveis intenções midiáticas daqueles que cada vez mais endereçam comunicação de crime imediatamente à Suprema Corte, em vez de trilharem o caminho devido do sistema constitucional acusatório do art. 129, inciso I, noticiando os fatos ao Ministério Público, a fim de iniciar as perscrutações de hipotético delito, fase eminentemente pré-processual, como se atentou o Ministro Marco Aurélio:

A rigor, cabe informar à autoridade policial ou ao Ministério Público Federal, titular de uma possível ação penal incondicionada, a prática criminosa, mas parece ter mais repercussão vir ao Supremo. (Petição 9.605) (Grifo nosso)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

O acesso à justiça ao longo da História passou por transformações para atender à expectativa humanística desse direito, de modo que há de ser visto como um requisito essencial dos Direitos Humanos de um sistema jurídico moderno e igualitário que busca garantir os direitos de todos os cidadãos, sob a ótica efetiva e não apenas formal, consagrado no art. 7.6 da Convenção Americana de Direitos Humanos (promulgada pelo Decreto nº 678/1992) e no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Abusar desse direito significa desprezar as lutas para a sua positivação no ordenamento jurídico, seja no plano interno, seja no plano internacional.

Portanto, o Supremo Tribunal Federal, ao refletir sobre o abuso do direito de petição, entende que “[...] *Há manifesto abuso do direito de peticionar quando o autor pretende se valer do Poder Judiciário como órgão de passagem para pleitos [...]*” (Pet 8.224/DF-AgR, Relator Ministro Luiz Fux, DJe de 6-7-2020) (Grifo nosso).

Por fim, os fatos trazidos à baila pelo Requerente reproduzem praticamente o teor de notícia-crime apresentada pelo pelo Deputado Federal REGINALDO LÁZARO DE OLIVEIRA LOPES na PET 10.426/DF, na qual o Ministério Público Federal já se manifestou pela negativa de seguimento da pretensão justamente por perfilhar caminho alheio ao determinado pelas normas constitucionais e processuais de regência.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

3. DA LITISPENDÊNCIA

Os fatos relatados pelo peticionante figuram como objeto do inquérito policial que, segundo noticiado pela imprensa⁹, foi declinado pela 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal ao Supremo Tribunal Federal em razão de suposta interferência, por pessoa com foro por prerrogativa de função na Corte Suprema, nas investigações e no cumprimento das medidas cautelares determinadas pelo juízo de 1º grau.

Nessa senda, considerando que os fatos ora representados já estão, em tese, abrangidos por inquérito policial que foi declinado ao Supremo Tribunal Federal por suposto envolvimento de pessoa com prerrogativa de foro, não se justifica, a princípio, deflagrar mais um procedimento investigativo com idêntico escopo, sob pena de se incorrer em litispendência e violação ao princípio do “*ne bis in idem*”.

Nessa linha, ao que tudo indica, os autos do referido inquérito ainda não aportaram no Supremo Tribunal Federal ou estão na pendência de remessa à Procuradoria-Geral da República.

Avulta ressaltar que somente por meio do devido acesso ao procedimento formal investigativo será possível o pleno conhecimento dos

9

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-envia-ao-stf-investigacao-sobre-milton-ribeiro-por-possivel-interferencia-na-pf/> e <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/06/24/juiz-envia-inquerito-sobre-milton-ribeiro-para-o-stf-por-suspeita-de-interferencia-de-bolsonaro.ghtml>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

elementos de informação que foram colhidos após a deflagração de medidas cautelares e, por consequência, a devida apreciação pelo *Parquet* e as providências a serem adotadas.

De fato, a representação criminal que deu ensejo à presente Petição apenas narra o teor de matéria jornalística que, por sua vez, faz menção ao resultado parcial de investigação em primeira instância que teria sido declinada à Corte Superior, tal qual já fizera a PET 10.426/DF, com possibilidade de aportarem inúmeras outras petições de idêntico conteúdo na Corte Superior.

Em verdade, a presente notícia-crime e a PET 10.426/DF não inovam nem trazem consigo quaisquer elementos para contribuir com as investigações em andamento.

Portanto, a cognição ministerial deve ser formada a partir do exame dos elementos de informação já documentados no referido procedimento investigativo, sem necessidade de instauração de novas Petições sobre a mesma situação, sob pena de “*bis in idem*”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** manifesta-se pela negativa de seguimento à Petição, em razão da falta de legitimidade *ad causam* do peticionante e de os fatos representados já estarem contemplados no mencionado inquérito em curso.

Brasília, data da assinatura digital.

Lindôra Maria Araujo

Vice-Procuradora-Geral da República

FG/GSC